

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Referente ao semestre findo em 30
de junho de 2020 e 31 de dezembro
de 2019



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	
Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019.....	9
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019	10
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019.....	11
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019.....	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 e 31 de dezembro de 2019	13



Aos Administradores e Acionistas
Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco BNP Paribas Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - “Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas”.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - “Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas” e 3 - “Resumo das principais políticas contábeis” às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - “Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas”, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de agosto de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - “Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas” e 3 - “Resumo das principais políticas contábeis” às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2020.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3



BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em reais mil)

ATIVO	NOTAS	30.06.2020	31.12.2019
Circulante		55.428.109	29.737.623
Disponibilidades		182.710	105.150
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.2)	2.726.506	2.220.828
Aplicações no mercado aberto		2.688.997	1.994.722
Aplicações em depósitos interfinanceiros		37.509	114.285
Aplicações em moedas estrangeiras		-	111.821
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	11.154.870	3.786.758
Carteira própria		4.126.599	1.190.415
Vinculados a compromissos de recompra		102.295	814.782
Vinculados à prestação de garantias		868.131	454.646
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		-	342.768
Instrumentos financeiros derivativos		6.057.845	984.147
Relações interfinanceiras		18.751	8.561
Pagamentos e recebimentos a liquidar		15.333	3
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		3.154	8.474
Correspondentes		264	84
Operações de crédito	(6)	6.036.904	6.321.688
Setor privado		4.412.593	5.218.726
Setor público	(6.1.2)	2.007.408	1.427.991
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(383.097)	(325.029)
Outros créditos		35.266.902	17.238.737
Carteira de câmbio	(7.1)	32.023.254	13.370.672
Rendas a receber		52.557	51.468
Valores a receber relativos a transações de pagamento		1.598.646	2.084.089
Títulos e créditos a receber		1.354.999	1.115.295
Negociação e intermediação de valores		48.911	52.263
Diversos	(7.2)	359.332	679.823
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(170.797)	(114.873)
Outros valores e bens		41.466	55.901
Despesas antecipadas		41.466	55.901
Não Circulante		12.709.514	11.643.675
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.2)	628.374	173.493
Aplicações em moedas estrangeiras		628.374	173.493



BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em reais mil) (Continuação)

ATIVO	NOTAS	30.06.2020	31.12.2019
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	6.314.868	3.362.561
Carteira própria		1.509.785	1.200.510
Vinculados a compromissos de recompra		709.592	72.510
Vinculados à prestação de garantias		1.240.158	584.607
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		1.559.151	1.158.969
Instrumentos financeiros derivativos		1.296.182	345.965
Operações de crédito	(6)	3.146.452	5.350.926
Setor privado		3.341.547	5.539.001
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(195.095)	(188.075)
Outros créditos		2.507.199	2.634.935
Carteira de câmbio	(7.1)	707.255	1.097.012
Rendas a receber		2.528	2.039
Valores a receber relativos a transações de pagamento		74.305	91.914
Títulos e créditos a receber		6.033	7.196
Créditos Tributários	(7.3)	918.854	887.767
Diversos	(7.2)	799.273	549.858
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(1.049)	(851)
Outros valores e bens		112.621	121.760
Despesas antecipadas		112.621	121.760
Permanente		167.228	173.495
Investimentos		14.201	19.813
Participação em controlada no país	(8)	13.667	19.280
Outros investimentos		534	533
Imobilizado de uso		59.597	58.736
Outras imobilizações de uso		124.763	115.020
Depreciações acumuladas		(65.166)	(56.284)
Intangível	(9)	93.430	94.946
Ativos intangíveis		172.086	166.896
Amortização acumulada		(78.656)	(71.950)
TOTAL DO ATIVO		68.304.851	41.554.793

As notas explicativas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.



BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em reais mil)

PASSIVO	NOTAS	30.06.2020	31.12.2019
Circulante		53.726.216	28.116.834
Depósitos	(10)	4.492.083	3.532.898
Depósitos à vista		627.746	433.807
Depósitos interfinanceiros		36.828	19.342
Depósitos a prazo		3.514.029	2.869.286
Depósitos em moeda estrangeira		313.480	210.463
Captações no mercado aberto		2.227.822	827.557
Carteira própria		752.309	802.557
Carteira de terceiros		1.475.513	25.000
Recursos de aceites e emissão de títulos		2.396.654	3.126.586
Obrigações por emissão de letras financeiras		1.137.912	2.058.917
Obrigações por emissão de letras de crédito de agronegócio		450.008	424.022
Certificados de operações estruturadas		808.734	643.647
Relações interfinanceiras		294.004	378.748
Recebimentos e pagamentos a liquidar		294.004	378.748
Relações interdependências		40.074	51.760
Recursos em trânsito de terceiros		40.074	51.760
Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	11.092.431	5.922.585
Empréstimos no exterior		5.848.873	3.838.323
Repasses do país		38.417	110.430
Repasses do exterior		5.205.141	1.973.832
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	7.376.790	1.315.743
Instrumentos financeiros derivativos		7.376.790	1.315.743
Outras obrigações		25.806.358	12.960.957
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5.001	2.214
Carteira de câmbio	(7.1)	24.032.923	11.237.611
Sociais e estatutárias		17.192	23.246
Fiscais e previdenciárias	(12.1)	522.025	308.984
Negociação e intermediação de valores		57.930	102.603
Provisão para garantias financeiras prestadas	(19.1)	20.390	52.312
Dívida subordinada	(12.2)	37.212	62.574
Obrigações por transações de pagamento		652.489	795.572
Diversas	(12.3)	455.668	367.485
Resultado de exercícios futuros		5.528	8.356

Página 7



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em reais mil) (Continuação)

PASSIVO	NOTAS	30.06.2020	31.12.2019
Não Circulante		9.932.451	9.059.776
Depósitos	(10)	2.129.005	1.305.228
Depósitos a prazo		2.129.005	1.305.228
Recursos de aceites e emissão de títulos		1.522.011	2.289.813
Obrigações por emissão de letras financeiras		398.409	867.099
Obrigações por emissão de letras de crédito de agronegócio		1.926	-
Certificados de operações estruturadas		1.121.676	1.422.714
Relações interdependências		32.912	42.082
Recursos em trânsito de terceiros		32.912	42.082
Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	1.075.983	1.148.913
Empréstimos no exterior		526.409	726.719
Repasses do país		34.396	24.927
Repasses do exterior		515.178	397.267
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	2.083.115	1.157.691
Instrumentos financeiros derivativos		2.083.115	1.157.691
Outras obrigações		3.089.425	3.116.049
Carteira de câmbio	(7.1)	709.291	1.104.657
Fiscais e previdenciárias	(12.1)	5.532	5.407
Provisão para passivo contingente	(12.3.1)	825.674	823.881
Provisão para garantias financeiras prestadas	(19.1)	49.612	68.266
Dívida subordinada	(12.2)	1.456.100	1.041.198
Diversas	(12.3)	30.801	57.483
Resultado de exercícios futuros		12.415	15.157
Patrimônio líquido	(13)	4.646.184	4.378.183
Capital social:		1.754.606	1.754.606
De domiciliados no país		15	15
De domiciliados no exterior		1.754.591	1.754.591
Reservas de lucros		1.055.594	1.046.720
Ajuste de avaliação patrimonial		61.861	30.285
Lucro acumulado		168.612	-
Participação de não controladores		1.605.511	1.546.572
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO		68.304.851	41.554.793

As notas explicativas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em reais mil)

	<u>NOTAS</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Receitas da intermediação financeira		4.687.985	1.496.826
Operações de crédito		1.898.194	1.179.348
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		373.121	500.284
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		288.493	(308.810)
Resultado de operações de câmbio		1.650.181	79.802
Operações de venda ou de transfêrencias de ativos financeiros		477.996	46.202
Despesas da intermediação financeira		(3.645.663)	(635.880)
Operações de captação no mercado		(491.611)	(411.747)
Operações de empréstimos e repasses		(2.751.395)	83.366
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(402.657)	(307.499)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.042.322	860.946
Outras receitas (despesas) operacionais		(572.765)	(464.813)
Receitas de prestação de serviços		186.465	162.850
Rendas com tarifas bancárias		55.112	61.329
Despesas de pessoal		(187.021)	(182.474)
Resultado de participação em controlada	(8)	1.394	4.278
Outras despesas administrativas	(14)	(366.824)	(349.116)
Despesas tributárias	(15)	(101.485)	(78.147)
Resultado de outras provisões	(16)	(8.233)	(33.775)
Outras receitas operacionais	(17.1)	53.352	93.643
Outras despesas operacionais	(17.2)	(205.525)	(143.401)
Resultado operacional		469.557	396.133
Resultado não operacional		(2.103)	(254)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		467.454	395.879
Imposto de renda e contribuição social	(18)	(167.892)	(139.566)
Provisão para imposto de renda		(133.682)	(35.245)
Provisão para contribuição social		(96.533)	(21.077)
Ativo fiscal diferido		62.323	(83.244)
Participações no lucro		(64.778)	(43.655)
Lucro líquido dos semestres		234.784	212.658

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em reais mil)

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Lucro líquido	234.784	212.658
"Hedge" de fluxo de caixa:	1.372	(479)
Variação de valor justo	2.495	186
Efeito fiscal	(1.123)	(665)
Ativos financeiros disponíveis para venda:	31.845	23.846
Variação de valor justo	52.762	13.388
Ganhos (perdas) transferidos ao resultado por alienação	(2.357)	11.987
Efeito fiscal	(18.560)	(1.529)
Outros resultados abrangentes do semestre	33.217	23.367
Total do resultado abrangente	268.001	236.025

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Página 10



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em reais mil)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total do Patrimônio líquido
		Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.238.066	163.843	720.543	3.562	-	1.368.255	3.494.269
Aumento de capital	516.540	-	-	-	-	-	516.540
Ajuste ao valor de mercado - TVM's							
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	25.108	-	(1.262)	23.846
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	(479)	-	-	(479)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	118.801	93.857	212.658
Destinações:							
Reserva legal	-	5.940	-	-	(5.940)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2019	1.754.606	169.783	720.543	28.191	112.861	1.460.850	4.246.834
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.754.606	172.387	874.333	30.285	-	1.546.572	4.378.183
Ajuste ao valor de mercado - TVM's							
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	30.204	-	1.641	31.845
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	1.372	-	-	1.372
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	177.486	57.298	234.784
Destinações:							
Reserva legal	-	8.874	-	-	(8.874)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2020	1.754.606	181.261	874.333	61.861	168.612	1.605.511	4.646.184

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em reais mil)

	30.06.2020	30.06.2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido ajustado	737.668	622.710
Lucro líquido	234.784	212.658
Depreciações e amortizações	16.099	14.190
Resultado de participação em controlada	(1.394)	(4.278)
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos para negociação	(5.390)	(89.587)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	402.657	307.499
Provisão/(Reversão) para garantia e fianças prestadas	(50.576)	5.380
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais	7.031	15.573
Tributos diferidos	(62.323)	83.244
Provisão para imposto de renda e contribuição social	87.691	37.251
Participações nos lucros e bônus	59.194	37.215
Provisão - outras	4.722	6.759
Provisão para perdas operacionais	51.312	10.113
Receita de prestação de serviços não recebidas	(5.358)	(2.943)
Amortização de despesas com parceiros comerciais	3.240	3.022
Variação monetária	(8)	-
Lucro/(Prejuízo) na alienação de investimento e imobilizado de uso	(6)	138
Diversos	(4.007)	(13.524)
Variação de ativos e obrigações	(458.762)	(2.417.181)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(378.104)	329.607
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	(3.234.142)	(232.372)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	(94.933)	(37.205)
(Aumento) Redução em relações interdependências	(20.849)	96.635
(Aumento) Redução em operações de crédito	2.137.412	171.679
(Aumento) Redução em outros créditos	(17.893.620)	941.194
(Aumento) Redução em outros valores e bens	23.575	2.316
Aumento (Redução) em depósitos	1.782.964	(1.665.776)
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	1.400.264	268.248
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(1.497.734)	(284.020)
Aumento (Redução) em sociais e estatutária - PLR	(10.719)	(13.656)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	5.096.916	(791.393)
Aumento (Redução) em outras obrigações	12.235.777	(1.202.837)
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	(5.569)	399
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	278.906	(1.794.471)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Aquisição) Alienação de investimentos	7.007	6.876
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	(15.702)	(8.807)
(Aquisição) Alienação de intangível	263	(9.910)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.432)	(11.841)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos pagos e Juros sobre capital próprio	-	(119.000)
Aumento (Redução) de capital	-	516.540
Aumento (Redução) de obrigações em dívida subordinada	389.450	(5.158)
CAIXA GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	389.450	392.382
Variação de caixa e equivalente de caixa	660.014	(1.413.930)
No início do período	2.211.693	5.467.611
No fim do período	2.871.707	4.053.681
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	660.014	(1.413.930)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 e em 31 de dezembro de 2019

(Em reais mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil S.A. ("Conglomerado") engloba além do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), do Banco Cetelem, o BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior e o BGN Mercantil e Serviços Ltda. O Conglomerado pertence ao Grupo BNP Paribas e tem como seu controlador direto o BNP Paribas S.A., com sede em Paris, França. O Banco BNP Paribas Brasil é a instituição líder do Conglomerado Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil. O Banco opera como banco múltiplo, na forma da Resolução CMN nº 1.524/88, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.280 do CMN que, a partir de 30 de junho de 2014, requer a elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 normatizadas pelo BACEN e pela Circular do BACEN nº 3.701, de 13 de março de 2014 e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As políticas contábeis das empresas que compõem o Conglomerado Prudencial estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Banco.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN. Para o período apresentado o BACEN aprovou o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, através da Resolução CMN nº 4.748, e o CPC 41 - Resultado por Ação, através da Circular nº 3.959. Porém desses últimos CPC's aprovados somente o CPC 46 foi adotado para essa Demonstração Financeira.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial apresentam os saldos das contas e transações do Banco e das seguintes instituições financeiras, fundo de investimento e empresa de serviços:

<u>Instituições</u>	<u>Atividade</u>	<u>País</u>
Banco Cetelem S.A.	Bancária	Brasil
BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	Brasil
BGN Mercantil e Serviços Ltda	Atividades Auxiliares de Serviços Financeiros	Brasil

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas sendo efetuada a correspondente eliminação dos saldos ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas.

Banco Cetelem S.A.

O Banco Cetelem S.A. é um banco múltiplo, autorizado pelo Banco Central do Brasil a operar as carteiras comerciais, de câmbio e de crédito, financiamento e investimento.

BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior

Trata-se de um fundo exclusivo do Banco BNP Paribas Brasil S.A.. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. Tem por objetivo atuar no sentido de proporcionar ao seu cotista valorizações de suas cotas mediante aplicações de recursos em carteira diversificada de ativos financeiros, inclusive aqueles emitidos e/ou negociados, direta ou indiretamente, no exterior.

BGN Mercantil e Serviços Ltda.

O BGN Mercantil e Serviços Ltda tem por objeto social a aquisição de direito de crédito decorrente de vendas mercantis e de outros negócios jurídicos.

b) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas exige que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; ii) ativos fiscais diferidos; iii) provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis; iv) valorização de instrumentos financeiros e v) outras provisões. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.



Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (nota 5) são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

Mudança na Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Resolução CMN nº 4.720 e seus normativos complementares alteraram, a partir de 01.01.2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras até então vigentes. Com base na referida Resolução e na Circular Bacen nº 3.959, o Conglomerado realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras atendendo à respectiva Circular, dentre as quais destacamos:

a) Notas Explicativas

Inclusão das Notas Explicativas: “nº 3.f - Ativos e Passivos a Valor Justo” e “nº 5.3 - Hierarquia do Valor Justo” em atendimento a Resolução CMN nº 4.748; e da Nota “nº 20.5 Política de Teste de Estresse”, em atendimento a Circular nº 3.959.

b) Apresentação dos saldos comparativos

O Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Porém as Demonstrações de Resultado, Resultado Abrangente, Mutações no Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa são comparativos ao mesmo período/semestre do ano anterior.

c) Outras informações

O Conglomerado não adotou a prerrogativa da Resolução CMN nº 4.720 de divulgar demonstrações financeiras semestrais acompanhadas de notas explicativas selecionadas. Também de acordo com a referida Resolução, o Conglomerado está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). O Conglomerado incluiu na nota “nº 21 - Gestão de Capital” dados quantitativos relevantes sobre os elementos incluídos na gestão do Capital, bem como a indicação do cumprimento dos limites e requisitos de Capital.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, líquidas dos custos de transação incorridos, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- **Títulos para Negociação** - Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial - líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos valores mobiliários. Os declínios no valor de mercado dos títulos disponíveis para venda dos seus custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.
- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento.



e) Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção “hedge” ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30.01.2002, do BACEN.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco são classificados como “hedge” de acordo com sua natureza:

- **“Hedge” de Risco de Mercado** - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de “hedge”. Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **“Hedge” de Fluxo de Caixa** - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de “hedge” dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do “hedge” é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O impacto da marcação ao valor justo dos ativos objeto está demonstrado na nota 5.2.4.

f) Ativos e Passivos mensurados ao valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data das Demonstrações Financeiras.

O Conglomerado determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados em mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio que as partes são independentes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações que não estão disponíveis no mercado na definição do valor justo. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Grupo BNP Paribas utiliza modelos de valorização amplamente reconhecidos e adotados pelo mercado para determinação do valor justo de instrumentos financeiros comuns e não muito complexos, que utilizam somente dados observáveis de mercado e requerem pouco julgamento da Administração. Dados observáveis de mercado geralmente são disponíveis para instrumentos de dívida e de capital de entidades listadas, derivativos negociados em bolsas e aqueles simples e amplamente negociados em balcão. Disponibilidade de dados de mercado observáveis reduzem a necessidade de julgamento da Administração, bem como as incertezas associadas à determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Os ativos e passivos mensurados a valor justo estão demonstrados na nota 5.3.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros contratuais.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o modelo interno que considera o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de aquisição/cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, de acordo com o que determina se a compra ou a venda da carteira foi com retenção ou sem retenção substancial dos riscos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada adequada pela Administração, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.



As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas nas classificações de risco e função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.

As operações de empréstimo consignado, com prazo superior a 36 meses é utilizado a prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução CMN nº 2.682/99 para determinação do nível de risco.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação, bem como a composição das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na nota 6.

h) Outros Valores e Bens

Despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ocorrerão em períodos futuros, sendo representadas principalmente por despesas com comissão na intermediação de operações de crédito consignado, amortizadas em função do prazo das operações correspondentes e despesas com parceiros comerciais.

Para efeito das comissões pagas a título de originação de novas operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2014, as despesas antecipadas continuam sendo amortizadas em função dos prazos das operações correspondentes. Em caso de liquidação antecipada, o saldo remanescente na data é reconhecido diretamente no resultado do período. Em casos de renegociação, a parcela de despesa antecipada ainda não amortizadas na data da renegociação, continua sendo amortizada conforme o prazo da operação original.

As novas comissões pagas a título de originação de operações de crédito efetuadas após 02 de janeiro de 2015 foram diferidas a razão de dois terços (2/3) e a partir de 02 de janeiro de 2016 são diferidas a razão de um terço (1/3) e apropriadas ao resultado de forma linear no prazo de 36 meses, ou o prazo do contrato, dos dois o menor sendo a parcela restante contabilizada diretamente no resultado como despesa do período. O saldo residual dessas comissões foi integralmente lançado ao resultado em dezembro de 2019.

A partir de 02 de janeiro de 2017 as comissões pagas a títulos de originação de operações de crédito serão apropriadas integralmente ao resultado.

Os saldos registrados no grupo de despesas antecipadas no ativo são imediatamente reconhecidos no resultado quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo.

As demais despesas antecipadas, que não sejam decorrentes da originação de contratos, referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, são amortizadas em função do prazo das operações.

i) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, e os outros investimentos são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

j) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

k) Ativo Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Rentabilidade futura decorrentes da exploração do negócio de cartões de crédito, cujos ativos incorporados são identificáveis. É submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.
- Outros ativos intangíveis, registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzidos das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato de locação, no caso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

l) Redução ao Valor Recuperável

A redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros - "impairment" - é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Perdas com obsolescência ou quebra dos itens de ativo fixo são reconhecidas quando identificadas, independentemente da análise de "impairment" efetuada.

Os valores dos ativos financeiros e não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

m) Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.



n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009 (que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 25) e Carta Circular BACEN nº 3.429 de 11.02.2010, da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.
- **Contingências Passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificadas utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- **Obrigações Legais Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

O detalhamento dos Passivos Contingentes estão apresentados na nota 12.3.1.

o) Provisão para Impostos e Contribuições

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social à alíquota de 20%, em vigor a partir de março de 2020, conforme previsto no artigo 32º da Emenda Constitucional 103/2019, dado que a alíquota de 15% foi aplicada ao longo do ano de 2019, em vista ao disposto no artigo 1º da Lei nº 13.169/2015.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias, e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil, os ativos e passivos tributários diferidos foram constituídos considerando a alíquota consolidada de 45% a partir de novembro de 2019 (40% de janeiro a outubro de 2019), em vista a majoração da contribuição social prevista no artigo 32º da Emenda Constitucional 103/2019.

A provisão para contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foi constituída pelo regime cumulativo, às alíquotas de 0,65% e 4% respectivamente. A provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) foi constituída às alíquotas de 2% e 5% aplicadas sobre as receitas de prestação de serviços.

p) Garantias Prestadas a Terceiros

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros estão registradas em contas de compensação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019 (*)</u>
Disponibilidade	182.710	157.877
Aplicações no mercado aberto	2.688.997	3.895.804
Total	2.871.707	4.053.681

(*) os valores foram ajustados para melhor comparabilidade com os saldos de 2020.

4.2. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2020</u>					<u>31.12.2019</u>
	<u>0-30</u>	<u>31-180</u>	<u>181-360</u>	<u>Acima de 360</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Posição Bancada	5.770	-	-	-	5.770	1.280.550
Posição Financiada	2.683.227	-	-	-	2.683.227	714.172
Aplicações em depósitos interfinanceiros	34.657	2.852	-	-	37.509	114.285
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	-	628.374	628.374	285.314
Total	2.723.654	2.852	-	628.374	3.354.880	2.394.321

Página 17



5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e prazo de vencimento dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

5.1 Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento

	30.06.2020				31.12.2019				
	Ajuste a mercado			Valor de Mercado	Por Vencimento				
	Valor de custo/contrato	Resultado	Patrimônio Líquido		0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de Mercado
Títulos para negociação									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	202	-	-	202	-	-	202	-	199
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.409.748	2.172	-	2.411.920	25.526	907.608	1.043.356	435.430	774.369
Notas do Tesouro Nacional - NTN	902.390	30.057	-	932.447	-	3.591	8.970	919.886	1.262.932
Cotas de Fundo de Direitos Creditórios (**)	85.096	(4.619)	-	80.477	2.587	870	-	77.020	118.850
	3.397.436	27.610	-	3.425.046	28.113	912.069	1.052.528	1.432.336	2.156.350
Títulos disponíveis para venda									
Letras do Tesouro Nacional - LTN (*)	2.991.241	48.576	75.649	3.115.466	-	20	-	3.115.446	1.926.777
Notas do Tesouro Nacional - NTN (*)	1.723.551	6.179	43.616	1.773.346	-	-	683.640	1.089.706	1.080.524
Debêntures	805.601	-	(15.494)	790.107	-	99.376	-	690.731	534.168
Nota Soberana	761.607	-	8.554	770.161	-	-	770.161	-	-
Ações em Cia Fechada	2.128	-	3	2.131	-	-	-	2.131	1.595
Cotas FILCB	34.777	-	-	34.777	-	-	-	34.777	34.180
Nota Promissória	117.032	-	(408)	116.624	-	-	116.624	-	-
	6.435.937	54.755	111.920	6.602.612	-	99.396	1.570.425	4.932.791	3.577.244
Títulos até o vencimento									
CDB	88.053	-	-	88.053	-	80	2.078	85.895	85.613
	88.053	-	-	88.053	-	80	2.078	85.895	85.613
Subtotal do ativo	9.921.426	82.365	111.920	10.115.711	28.113	1.011.545	2.625.031	6.451.022	5.819.207
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo									
Operações de opções	86.945	314.675	-	401.620	80.654	159.242	115.656	46.068	39.994
Operações a termo	6.170.781	(153.356)	-	6.017.425	4.568.712	752.562	305.593	390.558	836.391
Operações de "swap"	237.056	697.926	-	934.982	9.455	25.619	40.352	859.556	453.727
	6.494.782	859.245	-	7.354.027	4.658.821	937.423	461.601	1.296.182	1.330.112
TOTAL DO ATIVO	16.416.208	941.610	111.920	17.469.738	4.686.934	1.948.968	3.086.632	7.747.204	7.149.319
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo									
Operações de opções	738.321	(409.394)	-	328.927	24.991	114.105	29.379	160.452	414.498
Operações a termo	6.006.028	(109.110)	-	5.896.918	4.782.338	887.909	171.460	55.211	950.994
Operações de "swap"	2.988.067	245.993	-	3.234.060	6.251	773.315	587.042	1.867.452	1.107.942
TOTAL DO PASSIVO	9.732.416	(272.511)	-	9.459.905	4.813.580	1.775.329	787.881	2.083.115	2.473.434

(*) Os ajustes a mercado no resultado dos instrumentos classificados como disponíveis para venda foram objetos de Hedge de "Risco de Mercado" vide nota 5.2.4.

(**) Se refere a cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), com prazo de duração determinado e sua carteira é composta basicamente de direitos creditórios.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.



5.2 Instrumentos Financeiros Derivativos

O Conglomerado tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de “swap”, termos, opções e futuros, registradas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

A contabilização é realizada conforme como segue:

- **Operações de “swap”** - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro rata” até a data do balanço. O valor justo dos “swaps” é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações a termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações com opções** - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como “Black & Sholes”, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.
- **Operações de futuros** - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

5.2.1 Composição do valor nominal dos derivativos por contraparte

Valor nominal por contraparte	B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)						Valor nominal 30.06.2020	Valor nominal 31.12.2019
	SISTEMA CETIP				SISTEMA BM&FBOVESPA			
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidação			
Operações com opções	13.822	5.113.212	568.533	2.010	2.130.750	7.828.327	4.304.067	
Comprada	-	1.928.288	-	-	879.750	2.808.038	1.872.817	
Vendida	13.822	3.184.924	568.533	2.010	1.251.000	5.020.289	2.431.250	
Operações com “swap”	-	11.317.152	8.065.354	4.041.873	4.022.664	27.447.043	22.354.060	
“Swap”	-	11.317.152	8.065.354	4.041.873	4.022.664	27.447.043	22.354.060	
Operações com futuros	-	-	-	-	40.961.069	40.961.069	44.407.698	
Comprada	-	-	-	-	20.934.401	20.934.401	21.612.668	
Vendida	-	-	-	-	20.026.668	20.026.668	22.795.030	
Operações a termo	-	22.089.182	750.591	1.782.950	-	24.622.723	17.674.754	
Comprada	-	8.824.731	612.718	15.045	-	9.452.494	9.710.159	
Vendida	-	13.264.451	137.873	1.767.905	-	15.170.229	7.964.595	
Total						100.859.162	88.740.579	

5.2.2 Composição do valor nominal dos derivativos por indexador

Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 30.06.2020	Valor nominal 31.12.2019
Operações com opções	401.620	328.927	7.828.327	4.304.067
Compra de opção de:	401.620	-	2.808.038	1.872.817
Compra de Dólar	401.070	-	2.480.899	1.648.560
Venda de Dólar	550	-	327.139	224.257
Venda de opção de:	-	328.927	5.020.289	2.431.250
Compra de Dólar	-	84.758	1.341.514	70.878
Compra de Ações	-	191.894	579.737	668.722
Venda de Ações	-	14.060	5.107	8.131
Venda de Dólar	-	38.215	3.093.931	1.683.519



Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
			30.06.2020	31.12.2019
Operações com swap	934.982	3.234.060	27.447.043	22.354.060
Ações x DI	34.199	264.003	2.567.942	2.785.809
Ações x PRÉ	83.904	-	1.245.781	513.528
Cupom de Dólar x Cupom de Dólar	559.540	-	4.276.879	4.373.317
Cupom de Dólar x LIBOR	-	630.139	4.433.433	4.518.365
Cupom de Dólar x PRÉ	112.161	-	200.000	230.000
Cupom de Dólar x Selic (SCS)	-	-	3.388.796	3.682.315
DI x Ações	24.881	99	322.326	306.279
DI x Cupom de Dólar	20.174	1.324.419	5.467.358	3.101.401
DI x Cupom de Euro	-	122.819	229.266	275.748
DI x Índice de Preço	-	249.532	800.024	700.024
DI x PRÉ	-	16.970	256.623	237.475
Índice de Preço x DI	90.809	64	259.920	159.920
Peso Mexicano x Cupom de Dólar	-	469.204	2.263.289	-
PRÉ x Ações	-	83.904	1.245.780	513.528
PRÉ x Cupom de Dólar	-	16.961	44.000	59.000
PRÉ x Cupom de Euro	-	55.946	153.601	605.326
PRÉ x DI	9.314	-	292.025	292.025
Operações com futuros	-	-	40.961.069	44.407.698
Operações com futuros - Comprada	-	-	20.934.401	21.612.668
Cupom Cambial - DDI	-	-	12.287.419	6.147.291
DI	-	-	4.181.894	7.399.144
Moedas	-	-	4.465.088	8.066.233
Operações com futuros - Vendida	-	-	20.026.668	22.795.030
Cupom Cambial - DDI	-	-	3.355.343	2.764.021
DI	-	-	9.506.096	11.290.108
Moedas	-	-	7.165.229	8.740.901
Operações a termo	6.017.425	5.896.918	24.622.723	17.674.754
Operações a termo - Comprada	3.011.652	1.527.488	9.452.493	9.710.159
Moeda	1.535.143	51.612	9.452.493	9.710.159
Títulos Públicos	1.476.509	1.475.876	-	-
Operações a termo - Vendida	3.005.773	4.369.430	15.170.230	7.964.595
Moeda	94.017	1.456.368	15.170.230	7.964.595
Títulos Públicos	2.911.756	2.913.062	-	-
Total	7.354.027	9.459.905	100.859.162	88.740.579

5.2.3 Valor de margens de garantia dos instrumentos financeiros derivativos

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no valor de R\$2.108.289 (R\$1.039.253 em 12.2019).

5.2.4 Instrumentos financeiros derivativos utilizados como "Hedge"

Em 30 de junho de 2020, o Conglomerado possuía as seguintes posições:

"Hedge" de Risco de Mercado

INSTRUMENTO			OBJETO DE "HEDGE"				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no resultado
DDI	02.01.2026	1.569.361	Instr. Dívida Res. 4.192	Dólar	1.454.228	1.568.855	(60.803)
DI	03.01.2022	1.292.687	Títulos - LTN	Pré-fixada	1.244.111	1.292.687	23.151
DI	03.07.2023	2.720.681	CDI	Pré-fixada	2.681.987	2.720.656	(82.826)
DI	02.01.2025	101.385	Títulos - NTN	Pré-fixada	95.207	101.385	6.178
DI	01.04.2025	29.251	Certificado de operações estruturadas	Pré-fixada	28.808	29.256	(447)



“Hedge” de Fluxo de Caixa

INSTRUMENTO			OBJETO DE “HEDGE”				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no patrimônio líquido
DI	04.01.2021	179.804	LF	Pós-fixada	173.382	179.825	3.203

A efetividade apurada para a carteira de “hedge” em 30 de junho de 2020, estava em conformidade com o estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o semestre.

5.3 Hierarquia do valor justo

Abaixo a apresentação de ativos e passivos mensurados a valor justo:

	Preço de mercado (Nível 1)	Técnicas de valorização (Nível 2)	Total 30.06.2020	Total 31.12.2019
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	2.754.255	2.754.255	7.445.826
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	12.656.423	4.813.315	17.469.738	7.149.317
Outros créditos	-	21.004.133	21.004.133	10.849.488
TOTAL ATIVO	12.656.423	28.571.703	41.228.126	25.444.631
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	29.164	29.164	-
Passivos Instrumentos financeiros derivativos	4.388.939	5.070.965	9.459.904	2.473.433
Outras obrigações	-	22.071.831	22.071.831	12.028.866
TOTAL PASSIVO	4.388.939	27.171.960	31.560.899	14.502.299

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos a seguir as informações relativas às operações de crédito, que incluem operações de crédito consignado a funcionários públicos e pensionistas vinculado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outros entes, operações de empréstimos, CDC atrelados a cartão de crédito e adiantamentos sobre contratos de câmbio.

6.1 Composição por operação e por nível de risco

“Rating”	30.06.2020							31.12.2019
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamento	Financiamento rural e agroindustriais	Adiantamento sobre contratos de câmbio	Títulos de créditos a receber (*)	Transações de pagamento a receber	Total	Total
AA	3.054.877	798.278	32.301	4.729.445	624.594	-	9.239.495	4.843.132
A	4.333.029	393.671	42.449	940.866	609.899	1.627.708	7.947.622	10.802.827
B	84.911	18.253	130.807	947.176	126.539	12.428	1.320.114	1.099.113
C	222.226	4.952	9.785	-	-	8.376	245.339	207.398
D	92.151	6.158	-	-	-	10.154	108.463	87.840
E	60.640	6.238	-	-	-	6.285	73.163	64.297
F	75.728	11.596	-	-	-	4.887	92.211	194.904
G	49.380	8.389	-	115.533	-	1.357	174.659	57.457
H	284.797	40.932	-	-	-	1.756	327.485	294.357
Total 2020	8.257.739	1.288.467	215.342	6.733.020	1.361.032	1.672.951	19.528.551	17.651.325
PDD 2020	506.079	68.472	3.641	135.691	8.598	27.557	750.038	628.828

(*) No primeiro semestre de 2020 foi cedido o montante de R\$3.337.024 (R\$284.188 em 12.2019) da carteira de Títulos de Créditos a Receber, sem retenção de riscos e benefícios.

6.1.2 Composição por setor de atividade

Descrição	30.06.2020		31.12.2019	
	R\$	%	R\$	%
Setor privado:				
Pessoa Física	6.923.985	35,46	10.441.225	59,15
Serviços	3.919.693	20,07	3.215.317	18,22
Indústria	3.383.389	17,33	2.281.671	12,93
Comércio	718.199	3,67	285.121	1,61
	14.945.266	76,53	16.223.334	91,91
Setor público:				
Governo Federal	2.575.877	13,19	-	-
Governo Estadual	2.007.408	10,28	1.427.991	8,09
	4.583.285	23,47	1.427.991	8,09
Total	19.528.551	100,00	17.651.325	100,00



6.1.3 Composição por vencimento

Descrição	30.06.2020		31.12.2019	
	R\$	%	R\$	%
A vencer:				
Até 180 dias	8.306.268	42,53	7.652.540	43,35
De 181 a 360 dias	7.455.257	38,19	4.132.934	23,42
Acima de 361 dias	3.421.884	17,52	5.638.112	31,94
Vencidos:				
Até 14 dias	18.818	0,10	16.204	0,09
De 15 a 60 dias	80.853	0,40	48.761	0,28
Vencidas há mais de 60 dias	245.471	1,26	162.774	0,92
Total	19.528.551	100,00	17.651.325	100,00

6.2 Provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

Descrição	30.06.2020	30.06.2019
Saldo inicial do semestre	628.828	596.037
Constituição da provisão	448.701	426.435
Reversão da provisão	(46.044)	(118.936)
Baixa da provisão	(281.447)	(295.461)
Saldo no final do semestre	750.038	608.075
Provisão específica	588.946	505.794
Provisão prudencial	161.092	102.281

No primeiro semestre de 2020 houve recuperação referentes a créditos anteriormente baixados contra provisão no montante de R\$13.862 (R\$21.494 em 12.2019) e contratos renegociados no valor de R\$2.732.784 (R\$4.765.723 em 12.2019). Os saldos de créditos baixados e controlados em conta de compensação montam R\$1.575.143 (R\$1.433.859 em 12.2019).

7. OUTROS CRÉDITOS

7.1 Outros Créditos - Carteira de Câmbio

ATIVO	30.06.2020	31.12.2019
Câmbio comprado a liquidar	21.195.280	7.753.864
Direitos sobre venda de câmbio	11.457.043	6.669.500
Adiantamentos em moeda nacional	-	(99)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	(6.1) 78.186	44.419
Total	32.730.509	14.467.684
Curto prazo	32.023.254	13.370.672
Longo prazo	707.255	1.097.012
PASSIVO	30.06.2020	31.12.2019
Câmbio vendido a liquidar	12.827.058	6.752.226
Obrigações por compra de câmbio	18.569.990	7.712.736
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - exportação	(6.1) (6.654.834)	(2.122.694)
Total	24.742.214	12.342.268
Curto prazo	24.032.923	11.237.611
Longo prazo	709.291	1.104.657

7.2 Outros Créditos - Diversos

Descrição	30.06.2020	31.12.2019
Adiantamento de comissão	9.821	10.434
Valores a receber de sociedades ligadas	3.362	1.840
Antecipação de portabilidade	49.421	38.198
Pagamentos a ressarcir	368	192
Impostos e contribuições a compensar	294.489	264.653
Devedores diversos - Exterior	24.174	25.860
Devedores diversos - País	111.943	200.575
Adiantamentos diversos	7.987	7.585
Devedores por depósitos em garantia	657.040	680.344
Total	1.158.605	1.229.681
Curto prazo	359.332	679.823
Longo prazo	799.273	549.858



7.3 Outros créditos - Créditos Tributários

No semestre findo em 30 de junho de 2020, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	Saldo em			Saldo em
	31.12.2019	Constituição	Realização	
Imposto de renda				
<i>Diferenças temporárias:</i>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	159.386	98.253	(74.807)	182.832
Provisão "Hedge" Fluxo de Caixa	2.235	1.611	(2.235)	1.611
Provisão para riscos fiscais	132.776	2.414	(4.280)	130.910
Provisão para outros passivos contingentes	67.379	1.725	(2.124)	66.980
Provisão de avais e fianças	30.144	1.571	(14.215)	17.500
Provisão para outros passivos	47.166	27.899	(34.966)	40.099
Provisões diversas	44.377	20.223	(413)	64.187
Amortização Ágio	4.869	-	(3.446)	1.423
Prejuízo fiscal	7.430	-	(673)	6.757
	495.762	153.696	(137.159)	512.299
Contribuição social				
<i>Diferenças temporárias:</i>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	127.509	78.603	(59.845)	146.267
Provisão "Hedge" Fluxo de Caixa	1.788	1.289	(1.788)	1.289
Provisão para riscos fiscais	106.219	1.931	(3.424)	104.726
Provisão para outros passivos contingentes	53.909	1.380	(1.699)	53.590
Provisão de avais e fianças	24.115	1.257	(11.372)	14.000
Provisão para outros passivos	36.670	23.206	(27.810)	32.066
Provisões diversas	35.485	16.177	(330)	51.332
Amortização Ágio	3.222	-	(2.071)	1.151
Base negativa	3.088	-	(954)	2.134
	392.005	123.843	(109.293)	406.555
Total 30.06.2020	887.767	277.539	(246.452)	918.854
Total 31.12.2019	859.133	391.334	(362.700)	887.767

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas Demonstrações Financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

A expectativa de realização dos créditos tributários em 30 de junho de 2020 é:

Projeção	de 2025						Total
	2020	2021	2022	2023	2024	até 2029	
Créditos tributários	229.102	162.959	124.901	197.363	53.669	150.860	918.854

O valor presente dos créditos tributários, em 30 de junho de 2020, é estimado em R\$770.053 (R\$711.380 em 12.2019) utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

Com base na Resolução CMN nº 4.720 e a Circular BACEN nº 3.959, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade.

8. INVESTIMENTO EM CONTROLADA NO PAÍS

BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	30.06.2020	31.12.2019
Informações relevantes sobre o investimento		
Patrimônio Líquido	17.821	25.015
Resultado do período	2.595	9.789
Participação no capital	74,38%	74,38%
Resultado da participação em controlada	1.930	7.281
Participação Societária	13.255	18.606
CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos S.A.		
Participação Societária	948	674
Resultado da participação em controlada	(536)	-
	412	674
Valor contábil do investimento	13.667	19.280

No primeiro semestre de 2020 foram realizados aportes de capital na companhia CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos S.A. no valor total de R\$274 (R\$288 em 2019).



9. INTANGÍVEL

	30.06.2020			31.12.2019
	Custo	Amortização Acumulada	Valor contábil	Valor Contábil
Ágio incorporado - Submarino Finance	35.577	(8.620)	26.957	27.897
Outros ativos intangíveis	136.509	(70.036)	66.473	67.049
Total	172.086	(78.656)	93.430	94.946

10. DEPÓSITOS

Apresentamos abaixo a captação em depósitos existente em 30 de junho de 2020 por vencimento:

Títulos	Em quantidade de dias					Total 30.06.2020	Total 31.12.2019
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		
Depósito à vista	627.746	-	-	-	-	627.746	433.807
Depósito interfinanceiro	-	17.302	-	19.526	-	36.828	19.342
Depósito a prazo	-	453.096	849.933	2.211.000	2.129.005	5.643.034	4.174.514
Depósito em moeda estrangeira	313.480	-	-	-	-	313.480	210.463
Total	941.226	470.398	849.933	2.230.526	2.129.005	6.621.088	4.838.126

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Apresentamos abaixo a composição de empréstimos e repasses em 30 de junho de 2020:

Descrição	30.06.2020			31.12.2019
	Vencíveis até	Encargos	Total	Total
Obrigações em Moedas estrangeiras	31.12.2022	0,19% a 6,10% a.a.	6.375.282	4.565.042
Operações de Repasses do País - FINAME	16.08.2021	5,70% a 8,00% a.a.	2.677	3.143
Operações de Repasses do País - FUNCAFE	14.03.2022	3,99% a 4,00% a.a.	70.136	132.214
Repasses no Exterior	23.10.2024	0,58% a 6,80% a.a.	5.720.319	2.371.099
Total			12.168.414	7.071.498
Curto prazo			11.092.431	5.922.585
Longo prazo			1.075.983	1.148.913

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

12.1 Composição de Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

Descrição	30.06.2020	31.12.2019
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	230.216	28.617
Impostos e contribuições a recolher	52.872	29.752
Provisão para impostos e contribuições diferidos (*)	244.468	256.022
Total	527.557	314.391
Curto prazo	522.025	308.984
Longo prazo	5.532	5.407

(*) Provisão para impostos e contribuições diferidos está relacionada principalmente com o ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$238.006 (R\$250.531 em 12.2019), tendo como contrapartida R\$17.714 no patrimônio líquido (R\$7.327 em 12.2019) e no resultado R\$30.239 (R\$75.181 em 12.2019).

12.2 Composição de Outras Obrigações - Dívida Subordinada

Descrição	30.06.2020	31.12.2019
Dívida subordinada - Resolução CMN nº 3.444/07	-	25.386
Dívida subordinada - Resolução CMN nº 4.192/13	1.493.312	1.078.386
Total	1.493.312	1.103.772
Curto prazo	37.212	62.574
Longo prazo	1.456.100	1.041.198



A dívida subordinada pela Resolução CMN nº 4.192/13 está representada por recurso captado via contrato de empréstimo no valor de US\$175 milhões e US\$70 milhões equivalentes a R\$1.033.739 e R\$459.573 (R\$746.017 e R\$332.369 em 12.2019), já acrescido dos juros incorridos até 30 de junho de 2020 com juros de 5,27% a.a e 6,89% a.a., vencíveis até janeiro de 2023 e 2026, respectivamente.

Em dezembro de 2019 a dívida subordinada pela Resolução CMN nº 3.444/07 estava representada pela emissão de letras financeiras no valor de R\$25.386 com vencimento em fevereiro de 2020.

12.3 Composição de Outras Obrigações - Diversas

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Valores a pagar à sociedade ligada	52.971	51.526
Provisão de despesas de pessoal	164.315	173.820
Valores a serem liberados aos conveniados	87.077	78.222
Provisão para despesas administrativas	159.823	95.000
Outras	22.283	26.400
Total	486.469	424.968
Curto prazo	455.668	367.485
Longo prazo	30.801	57.483

12.3.1 Movimentação dos Passivos contingentes

<u>Descrição</u>	<u>Fiscais (*)</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 31.12.2019	554.565	179.448	89.869	823.882
Constituição	1	5.377	6.239	11.617
Reversão/pagamento	(17.122)	-	(3.254)	(20.376)
Atualização monetária	9.891	209	451	10.551
Saldo em 30.06.2020	547.335	185.034	93.305	825.674
Saldo em 31.12.2019	554.564	179.448	89.869	823.881

(*) Em 30 de junho de 2020 a provisão para riscos fiscais é composta basicamente da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$378.208 (R\$374.412 em 12.2019) e R\$61.205 (R\$60.581 em 12.2019), respectivamente, em que o Conglomerado discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, respectivamente e de provisão de R\$107.725 (R\$119.374 em 12.2019) referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito.

Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidas contabilmente. Em 30 de junho de 2020, os riscos considerados como perda possível referem-se a trabalhista de R\$9.858 (R\$11.087 em 12.2019) e fiscais de R\$679.298 (R\$677.721 em 12.2019). Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não existiam contingências de perdas possíveis de natureza cível.

Baseada nas opiniões de nossos consultores jurídicos, a Administração mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas, como segue:

<u>Empresas</u>	<u>Quantidade de ações</u>
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	236.432
Banco Cetelem S.A.	905.165.792

Reconciliação do Patrimônio e do lucro líquido do Conglomerado Prudencial.

	<u>Total 30.06.2020</u>			<u>Total 31.12.2019</u>
	<u>Banco BNP Paribas Brasil S.A.</u>	<u>Banco Cetelem S.A.</u>	<u>Conglomerado Prudencial</u>	<u>Conglomerado Prudencial</u>
Patrimônio Líquido	3.040.673	1.605.511	4.646.184	4.378.183
Resultado do período	177.486	57.298	234.784	350.337



13.2 Destinação do resultado

Conforme definido no Estatuto Social do Banco, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Empresas

Banco BNP Paribas Brasil S.A.
Banco Cetelem S.A.

Dividendos mínimo obrigatório

5%
1%

Do lucro líquido apurado no final no semestre, 5% são destinados para a constituição da Reserva Legal.

O Líder do Conglomerado auferiu lucro no semestre no montante de R\$177.486 (R\$118.801 em 06.2019) que por deliberação dos acionistas controladores foi destinado da seguinte forma: R\$8.874 a título de Reserva Legal conforme Estatuto Social (R\$5.940 em 06.2019), R\$168.612 em Lucros Acumulados cuja a destinação ocorrerá ao final do exercício (R\$112.861 em 06.2019).

A empresa com participação de não controlador auferiu lucro no semestre no montante de R\$57.298 (R\$93.857 em 06.2019) distribuído da seguinte forma: R\$2.865 a título de Reserva Legal (R\$4.693 em 06.2019) e R\$54.433 a título de Reserva de Lucros (R\$89.164 em 06.2019).

13.3 Aumento de capital

Em março de 2019, conforme AGE - Ata da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas do Banco BNP Paribas Brasil S.A., aprovaram o aumento do capital da Sociedade em moeda corrente nacional, no valor de R\$516.540 passando de R\$1.238.066 para R\$1.754.606, com a emissão de 69.603 novas ações ordinárias passando de 166.829 para 236.432, cuja aprovação do Banco Central do Brasil - BACEN ocorreu em 24 de abril de 2019.

14. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas são compostas basicamente:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Despesa de serviço do sistema financeiro	41.157	42.294
Despesa de processamento de dados	55.711	52.012
Despesa de serviço de terceiro	37.182	17.593
Despesa de aluguéis	8.029	7.849
Despesa de serviço técnico especializado	112.427	121.205
Outras	112.318	108.163
Total	366.824	349.116

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

As despesas tributárias são compostas basicamente:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Despesa de contribuição à COFINS	73.554	56.391
Despesa de contribuição ao ISS	9.470	8.906
Despesa de contribuição ao PIS	11.956	9.175
Outras	6.505	3.675
Total	101.485	78.147

16. RESULTADO DE OUTRAS PROVISÕES

O resultado de outras provisões são compostas basicamente:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Reversão/constituição de provisões de fianças prestadas	50.576	(5.380)
Reversão da provisão de contingências	(7.497)	(18.282)
Provisão para outras despesas e perdas operacionais	(51.312)	(10.113)
Total	(8.233)	(33.775)



17. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

17.1 Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais são compostas basicamente:

Descrição	30.06.2020	30.06.2019
Receitas sobre pré pagamentos em operações de crédito	13.350	27.936
Variação cambial	682	138
Receitas - multas por atraso	11.588	12.389
Constituição e variação monetária sobre crédito fiscal	2.245	3.672
Variação monetária de depósitos judiciais/impostos a compensar	7.325	12.415
Recuperação de encargos e despesas	2.655	15.462
Ressarcimento de custos operacionais	10.640	13.390
Outras	4.867	8.241
Total	53.352	93.643

17.2 Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais são compostas basicamente:

Descrição	30.06.2020	30.06.2019
Constituição e atualização em impostos e depósitos judiciais	8.885	12.490
Perdas com ações e indenizações cíveis e trabalhistas	62.687	41.202
Descontos concedidos em renegociações	16.262	15.774
Convênios	21.592	19.319
Despesas operacionais com parceiros comerciais	13.056	-
Amortização de despesas antecipadas com parceiros-contratos	3.240	3.022
Serviços de abastecimento de caixas eletrônicos	736	1.033
Ressarcimento de custos operacionais	28.140	9.726
Provisão para perdas operacionais	-	19.636
Recompras não averbada	4.387	2.399
Outras	46.078	18.572
Variação cambial	462	228
Total	205.525	143.401

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição

Descrição	30.06.2020	30.06.2019
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	467.454	395.879
(-) Participação dos empregados no lucro	(64.778)	(43.655)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	402.676	352.224
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (*)	(181.204)	(140.890)
Ajustes decorrentes da legislação fiscal:		
Exclusões (adições) permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	868	1.711
Notas Soberanas	2.523	10.431
Efeito da majoração de alíquota CSLL	13.094	(5.380)
Receitas não tributáveis/Despesas indedutíveis, doações e incentivos (*)	(3.173)	(5.438)
Total	(167.892)	(139.566)

(*) Inclui o efeito da elevação da alíquota da Contribuição Social conforme nota 3o.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

19.1 Compromissos, garantias e outras responsabilidades

O Conglomerado, observando suas diretrizes de gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante conforme quadro abaixo e estão registradas em Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.

Garantia Prestada

"Rating"	Fiança Bancária	"Performance e bond"	Fiança de processos em juízo	"Advance payment bond"	Adiantamento de contrato	Pagamento de aluguel	"Bid bond"	Total
AA	2.264.570	2.709.609	2.380.597	87.861	227.538	97.642	13.050	7.780.867
A	670.070	51.967	22.580	-	45.726	1.576	-	791.919
B	603.018	64.499	75.443	-	19.093	12.505	3.485	778.043
C	29.361	1.159	12.012	-	-	619	-	43.151
F	-	-	302	-	-	-	-	302
H	26.533	-	-	-	-	-	-	26.533
Total 30.06.2020	3.593.552	2.827.234	2.490.934	87.861	292.357	112.342	16.535	9.420.815
PDD	51.011	8.388	8.467	215	1.279	541	101	70.002
Total 31.12.2019	3.636.546	3.402.907	2.421.103	59.511	221.345	119.153	95.185	9.955.750
PDD	80.801	21.170	16.135	146	965	692	669	120.578



19.2 Administração de recursos de terceiros

O Conglomerado administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$103.287.412 (R\$90.882.388 em 12.2019).

19.3 Operações vinculadas

Em 30 de junho de 2020 as operações de crédito amparadas pela Resolução nº 2.921/02 e normas posteriores estavam representadas por:

Descrição	30.06.2020			Receita (Despesa)		31.12.2019
	Ativo	Passivo	I.R.	Varição cambial	Juros	Ativo/(Passivo)
	Operação de crédito - Empréstimo	4.222.203	-	51.256	439.635	138.192
Empréstimos no exterior	-	4.403.703	51.256	(621.135)	(136.552)	(1.432.365)
Operação de crédito - Consignado	75.079	-	-	-	11.034	98.292
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	(74.734)	-	-	(11.034)	(98.292)

19.4 Transações com partes relacionadas

19.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração atribuída à Diretoria no período representa benefícios de curto prazo de R\$18.345 (R\$13.704 em 06.2019), benefícios de longo prazo de R\$1.494 (R\$3.548 em 06.2019). Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou remuneração em ações.

19.4.2 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a deliberação nº 642/2010 da Comissão de Valores Mobiliário - CVM e Resolução nº 3.750/2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Conglomerado estão demonstradas, conforme quadro a seguir:

Descrição		30.06.2020		31.12.2019	30.06.2019
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Aplicações em moedas estrangeiras		-	108.584	112.263	(10.414)
BNP Paribas - Paris	Controladora	-	108.863	112.172	(10.938)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	(279)	91	524
Aplicações/Obrigações em operações compromissadas		(101.972)	(2.740)	(106.651)	(13.941)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	Controlada	-	-	(374)	-
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(101.972)	(2.740)	(106.277)	(13.941)
Carteira de câmbio		519.984	851.653	(65.928)	(52.806)
BNP Paribas - Paris	Controladora	481.794	819.620	(59.591)	(51.145)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	Controlada	-	(40)	4	32
Grupo Arval	Parte Relacionada	3	(13)	(11.345)	(42)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	38.186	32.162	5.003	(2.736)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	-	(95)	-	1.081
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	1	19	1	4
Depósitos a prazo		(163.671)	(1.828)	(83.203)	(3.715)
Grupo Arval	Parte Relacionada	(110.414)	(874)	(27.669)	(2.174)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(860)	(15)	(856)	(25)
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(52.397)	(939)	(54.678)	(1.516)
Depósitos a vista		(77.876)	-	(48.872)	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	(6)	-	(3)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	Controlada	(96)	-	(63)	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	(1.156)	-	(689)	-
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(76.568)	-	(48.042)	-
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(45)	-	(67)	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(5)	-	(8)	-
Derivativos a Receber/(a Pagar)		(146.532)	(83.542)	(100.972)	25.747
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(146.532)	(83.542)	(100.972)	25.747



Descrição		30.06.2020		31.12.2019	30.06.2019
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Devedores/Credores diversos		22.955	18.863	21.278	21.371
BNP Paribas - Paris	Controladora	17.085	(124)	16.688	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	451	441	798	96
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	2.059	5.264	1.881	2.665
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	3.215	13.652	1.794	18.610
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	145	(370)	117	-
Disponibilidade em moeda estrangeira		168.732	(710.186)	93.972	100.573
BNP Paribas - Paris	Controladora	59.998	(34.039)	51.346	5.064
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	108.734	(676.147)	42.626	95.509
Dividendos a Pagar		(8.544)	-	-	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	(8.544)	-	-	-
Investimento em controlada no País		13.255	-	18.606	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	Controlada	13.255	-	18.606	-
Obrigações por empréstimos e repasses		(12.081.163)	(2.283.537)	(6.936.140)	114.317
BNP Paribas - Paris	Controladora	(7.153.756)	(1.417.849)	(5.293.345)	150.245
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(4.927.407)	(865.688)	(1.642.795)	(35.928)
Operações de Crédito		42.781	781	-	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	42.781	781	-	-
Ordem de Pagamento moeda estrangeira		(476)	(91)	(1.357)	114
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	Controlada	(1)	2	(841)	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	(327)	(80)	(219)	113
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(1)	-	-	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(147)	(13)	(297)	1
Outras obrigações - Dívida Subordinada		(1.493.312)	(453.298)	(1.078.386)	(29.036)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(459.573)	(146.772)	(332.368)	(13.316)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(1.033.739)	(306.526)	(746.018)	(15.720)
Outras obrigações - Valores a pagar sociedade ligadas		(52.965)	(39.458)	(51.526)	(25.086)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	Controlada	(2.399)	-	(3.188)	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	-	(224)	-	(178)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(3.784)	-	(2.780)	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(46.782)	(39.234)	(45.558)	(24.908)
Resultado de Corretagem		-	72.517	-	4.039
BNP Paribas - Paris	Controladora	-	-	-	2.904
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	72.517	-	1.135

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco BNP Paribas Brasil S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial BNP Paribas, observa os princípios estabelecidos na Resolução nº 4.557, publicada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida as regras e procedimentos para Gestão de Riscos e de Capital.

20.1. Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização em instrumento financeiro decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. No Banco BNP Paribas, o risco de crédito é monitorado por duas áreas globais de gerenciamento de risco de crédito: RISK Corporate para clientes corporativos, e RISK Institutionals & Security Services ("RISK I2S") para clientes institucionais. Essas áreas atuam de acordo com as políticas e procedimentos globais de crédito do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

20.2. Risco Operacional

Risco Operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como eventos externos. O BNPP optou por utilizar a metodologia de abordagem básica (BIA - Basic Indicator Approach) para alocação de capital regulatório para fins de riscos operacionais. A área responsável pelo monitoramento do risco operacional globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ORC (Operational Risk Control), que é responsável por avaliar a interpretação e a implantação de normas do Grupo e normativos locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).



20.3. Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo. A área responsável pelo monitoramento do risco de mercado globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK Global Markets (RISK GM) que é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de mercado e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

20.4. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento da liquidez é feito pelo Comitê de Ativos e Obrigações (Assets and Liabilities Committee), denominado ALCO. A área responsável pelo monitoramento do risco de liquidez globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ALMT que é a área responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de liquidez e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de liquidez monitorados no Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a gestão do risco de liquidez está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

20.5 Política de Teste de Estresse e Análise de Sensibilidade

Os valores contábeis dos ativos e passivos são objeto de constante avaliação da gerência do Conglomerado Prudencial. O Conglomerado possui uma Política onde estabelece os princípios metodológicos e governança para o gerenciamento do Programa de Testes de Estresse. Esse programa é uma ferramenta importante da gestão dos riscos e na mensuração de potenciais vulnerabilidades do Conglomerado. Tem como principal objetivo mensurar o impacto potencial dos Riscos Relevantes no capital e na liquidez do Conglomerado e, a partir dos resultados auferidos, contribuir para: (i) a gestão de capital e liquidez do Conglomerado; e, (ii) a gestão integrada de riscos, em particular como referência para os exercícios de Risk ID (avaliação da materialidade) e de revisão da RAS (calibração de limites de métricas).

A metodologia utilizada no Programa de Testes de Estresse é uma combinação entre análise de sensibilidade e análise de cenários, dependendo do tipo de evento de estresse considerado. Riscos financeiros em geral são tratados na análise de cenários. Eventos idiossincráticos como risco operacional por exemplo, são tratados por análise de sensibilidade.

A análise de cenários dos riscos financeiros parte dos impactos que cada risco pode causar decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio. Em uma etapa seguinte, são definidos cenários macroeconômicos e de volatilidade no mercado de capitais que permitam correlacionar os impactos dos diferentes riscos.

A definição dos cenários utiliza premissas e parâmetros adversos adequadamente severos propostos pela equipe Econômica e pelos responsáveis da área de Riscos, a fim de abranger todos os riscos relevantes. Junto às demais conclusões do Comitê de Riscos, os resultados do Programa de Teste de Estresse são apresentados à Diretoria para validação, bem como apresentados no Comitê de Monitoramento de Capital. O último resultado de Teste de Estresse efetuado e apresentado obteve um resultado de 46% sobre o Resultado Operacional Bruto, cujo limite de RAS é 60%.

20.6 Outros Riscos Relevantes

Também são considerados Riscos Relevantes: risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (banking book), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária; risco socioambiental, definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais; e risco de compliance. Os riscos considerados como relevantes são identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

21. GESTÃO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital abrange as instituições do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil e é efetuada através do Comitê de Monitoramento de Capital.

Comitê de Monitoramento de Capital

A principal função do Comitê de Monitoramento do Capital é auxiliar as Diretorias Estatutárias no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital de cada Entidade e do Conglomerado. O CMC é coordenado pela área de Finance do Banco BNP Paribas, entidade líder do Conglomerado.

As atribuições do Comitê de Capital abrangem os itens a seguir:

- Monitorar e controlar o capital mantido pelo Conglomerado.
- Avaliar a necessidade de capital face aos riscos incorridos pelo Conglomerado.
- Recomendar anualmente às Diretorias:
 - Plano de capital de acordo com os objetivos estratégicos do Conglomerado.
 - Plano de contingência de capital.
- Incorporar resultados do programa de teste de estresse nos planos de capital.
- Propor recomendações sobre a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital ao Comitê de Riscos.
- Validar anualmente a destinação de resultados a ser proposta ao *Group Finance - Gestion Financière* (matriz).



CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	30.06.2020
Patrimônio de Referência - PR (*)	
Nível I	4.547.407
Capital Principal	4.547.407
Nível II	850.500
Total PR	5.397.907
Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco	
De Crédito	27.796.841
De Mercado	3.705.948
Operacional	4.593.870
Ativos ponderados pelo risco	36.096.659
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.887.733
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.510.175
Índice da Basileia (PR/RWA)	15,0%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	12,6%
Índice da Nível I (NI/RWA)	12,6%
(*) Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial.	

O CMC mantém políticas e procedimentos que buscam observar as melhores práticas de Governança Corporativa e atuar em conformidade com as determinações estabelecidas pelos órgãos regulatórios. A estrutura de gerenciamento de capital abrange os impactos no capital individual das entidades e do Conglomerado Prudencial como um todo. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

22. OUTROS ASSUNTOS

22.1 Efeitos da Pandemia Covid-19

O primeiro semestre de 2020 foi marcado pela pandemia de Covid-19 e seus severos desdobramentos sanitários, sociais e econômicos. Apesar das dificuldades impostas por um cenário tão conturbado e de difícil previsão, o Conglomerado BNP Paribas foi capaz de manter todos os serviços à disposição dos seus clientes, mesmo com uma demanda que se mostrou até acima da média em alguns momentos. A área de Risco do Conglomerado BNP Paribas revisou exaustivamente as carteiras de crédito onde podemos destacar o seguinte:

- Clientes Corporativos e Institucionais: não foram identificados riscos adicionais relevantes causados pela pandemia sendo que, o aumento nas provisões sobre a carteira de crédito não foram decorrentes de impactos do Covid-19.
- Crédito Consignado: não houve grandes impactos uma vez que este crédito foi fomentado pelo governo que aplicou medidas para estimulá-lo neste período.
- Cartão de Crédito e CDC: houve queda no volume do segundo trimestre atribuída ao desaquecimento da economia e fomentado pelo enrijecimento das medidas de restrição na concessão de crédito; houve um aumento nos pedidos de renegociação de dívida nos primeiros meses da pandemia que já retornaram aos níveis pré-pandemia.

Esse monitoramento exaustivo continuará, dado que os efeitos da crise na economia ainda não são totalmente conhecidos. As despesas adicionais relacionadas à pandemia não impactaram significativamente os resultados do semestre graças à gestão eficiente dos custos de operação. Esse também é o cenário esperado para o segundo semestre.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam requerer divulgação ou resultar em ajustes materiais às demonstrações financeiras.

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/O-8



São Paulo

Av. Pres. Juscelino Kubitscheck, 1909, 10º andar
Torre Sul - São Paulo - SP - CEP 04543-906
+55 11 3841 3100
+55 11 2360 3100

Rio de Janeiro

Av. Borges de Medeiros, 633 - Sala 405 - 4º andar
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22430-041
+55 21 3094 8200
+55 21 3094 8231

Minas Gerais

Rua Antonio de Albuquerque, 271 - 15º andar
Belo Horizonte - MG - CEP 30112-010
+55 31 3254 1250
+55 31 3254 1260

Paraná

Rua Carneiro Lobo, 468 - 2º andar
Curitiba - PR - CEP 80240-240
+55 41 3099 7250
+55 41 3099 7260

**BNP PARIBAS**

O banco
para um mundo
em mudança